



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Discurso proferido na sessão inaugural da
Conferência Interamericana para a Manu-
tenção da Paz e da Segurança no Conti-
nente, reunida em Petrópolis.

— 15 de agosto —

A PRESENTO-VOS, Senhores Delegados, as cordiais boas-vindas do Govêrno e do Povo do Brasil. É desejo meu, igualmente, manifestar a satisfação e o justo orgulho com que nós, brasileiros, vimos o nosso País escolhido para reunir esta Conferência. Fazemos votos para que, numa agradável permanência entre nós, possais levar a bom têrmo os vossos trabalhos.

Diante de vós vem-me à lembrança, neste momento, aquêlê Congresso de povos americanos, sonhado por Bolívar. O homem que, num instante de pessimismo, receava ter “arado no mar” semeou, na realidade, em terra fértil. A partir do Congresso do Panamá, através de provações e desfalecimentos — contingência de tôda obra humana no caminho da perfeição — o pan-americanismo avançou, ganhou alento, para culminar, nesta reunião, na mais significativa de suas manifestações. Aqui se encontram as Repúblicas Americanas, reunidas em sociedade de nações livres, soberanas e independentes, mas ligadas por laços íntimos de solidariedade e pelo propósito comum de forjar um instrumento de ação, que lhes assegure os benefícios da paz em que têm vivido.

Recordemos o caminho percorrido: no seu lento trabalho de criação jurídica e política, as Repúblicas Americanas já adotaram para o futuro Código de Direito Público da América o princípio da igualdade jurídica dos Estados; a

proscrição da guerra como instrumento de política; o não reconhecimento das conquistas realizadas pela força; a não intervenção dos Estados nos negócios internos uns dos outros; o arbitramento como meio de solução de disputas internacionais; o reconhecimento de que toda guerra ou ameaça põe em perigo os princípios de liberdade e justiça, norma política da América.

E para coroar essa obra, para dar sentido prático a essas regras de boa convivência, a América rematou-as, em hora cheia de perigos, com a declaração da solidariedade coletiva em face de qualquer agressão contra Estados deste Continente.

É a essa declaração de solidariedade, Senhores Delegados, que sois chamados a dar forma contratual e força executória, consubstanciando-a no texto de um pacto de defesa continental.

Não creio supérfluo manifestar aqui o quanto o Brasil se sente feliz em hospedar uma Conferência animada de tais propósitos. Há quase sessenta anos, antecipando-se, portanto, de muito ao Pacto de Paris, o Brasil, que já proscreeva a guerra dos seus costumes, também a proscreeu por suas leis. O preceito veio de nossa primeira Constituição Republicana e, na atual, é reiterado nos mesmos termos. Fomos dos primeiros a aplicar o arbitramento como meio de solução de nossas pendências externas. E, se recordo êsses antecedentes conhecidos, é apenas no intuito de acen-tuar que o Brasil tem bons motivos para cooperar sinceramente na formulação de uma política que vise à preservação da paz neste Hemisfério.

Deliberou-se em Chapultepec que tal objetivo só pode ser atingido, no que tem de mais imediato, por meio das ga-

rantias de um Pacto de segurança coletiva contra a agressão. Evoluindo assim, em nosso plano regional, da neutralidade passiva para a reação ativa contra o agressor, as Repúblicas Americanas estarão traduzindo, em termos de política prática, o princípio de que, numa sociedade internacional organizada, como doutrinava Rui Barbosa, não há lugar para a neutralidade entre o direito e o crime.

Tem-se dito que a guerra, como fato social, deve ser tratada, à maneira das doenças, com medidas de prevenção e não de repressão. Sabemos todos que, para acabar com a guerra, não basta torná-la ilegal; é preciso também eliminar a possibilidade do seu surgimento, atingindo-a nas suas causas complexas e profundas.

Cumpre à América, Senhores Delegados, desempenhar nessa obra o papel que lhe é destinado pela geografia e pela história. Membros das Nações Unidas, com atuação nos seus órgãos técnicos, aos quais incumbe distribuir Justiça, orientar a educação, velar pela saúde e ordenar o comércio e a economia dos povos, devemos nós contribuir, cada qual com o seu quinhão, para organizar um mundo melhor, no qual os Estados, nas matérias que transcendem do seu interesse doméstico, cedam de sua liberdade de ação em benefício da comunidade de que participam. É lícito esperar que, dentro desse quadro, mercê de uma ordem social mais justa — onde o homem de fato exerça a plenitude dos seus direitos individuais, sem outras limitações que as impostas pelo bem público — não haja clima para idéias de conquista, e de expansão em detrimento de outros povos.

Como não logrou ainda o Mundo realizar a sua unidade moral — e, conseqüentemente, as normas jurídicas de convivência internacional não se impõem, com o mesmo ri-

gor, à observância de todos os Estados — restará às Repúblicas Americanas o recurso de descoroçoar a agressão pela advertência de sua solidariedade coletiva em face do agressor.

É a lição que se colhe dos projetos submetidos aos vossos estudos. As obrigações que consagram se revestem de cunho altamente moral. Como, na sociedade privada, o indivíduo participa das vantagens que o Estado lhe proporciona e dos deveres que lhe impõe, assim também, na sociedade internacional, cada Estado terá a sua parte de responsabilidade na defesa e na preservação da paz e da ordem, que são bens comuns.

O ideal seria que a adoção dessas obrigações de solidariedade se concretizasse no plano de uma federação universal, tema que desafia, há séculos, a boa vontade e a diligência dos homens. A experiência da América vem demonstrar, entretanto, que, partindo do sistema de acôrdos regionais, poder-se-á chegar à efetivação, no plano universal, das normas de pacífica coexistência dos povos. É a perspectiva que a Carta das Nações Unidas abre ao mundo do futuro, com o exemplo dêste Continente.

As Repúblicas Americanas constituem, sem dúvida, modelo para construção de tal natureza. Somos, com efeito, uma comunidade de Estados autônomos e soberanos, cada qual com sua história e suas instituições próprias. Mas o nosso amor à Paz e à Justiça, o nosso apêgo tradicional à Democracia e os nossos hábitos de convivência levam a congregar-nos na vida internacional, em tórno de princípios e idéias, que são a nossa força espiritual comum.

Vamos progredindo, cada dia que passa, no caminho do aperfeiçoamento das normas de nossa existência coletiva e da fidelidade à observância dos seus mandamentos. São

dois esforços correlatos, que põem à prova, a um tempo, a sabedoria e a probidade política do homem americano.

Confio em que os vossos trabalhos colocarão as atuais gerações à altura de suas responsabilidades históricas, para que, amanhã, se possa dizer da América que sabe pautar os atos de sua política pelos princípios de sua doutrina.